

## NOVO ENSINO MÉDIO: ANÁLISE DA CONJUNTURA DE SUA APLICAÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DA CIDADE DE JARAGUÁ DO SUL

**Divisão Temática**

DT 1 – Cultura, educação e comunicação da ciência

**Autores: C. E. BRAGA<sup>1</sup>; D. L. D. SOUZA<sup>2</sup>; L. A. H. D. LUZ<sup>3</sup>; M. C. ZAPPELLA<sup>4</sup>; R. PEREIRA<sup>5</sup>; K. C. ZIMMERMANN<sup>6</sup>.**

Projeto de Pesquisa

### Resumo:

A presente pesquisa, realizada de maneira qualitativa com questionários e entrevistas direcionados a coordenadores e alunos de escolas estaduais de Jaraguá do Sul, busca compreender qual o reflexo da implementação das mudanças trazidas pela reforma do ensino médio, levando em conta a preparação e disposição material das instituições e como isso se relaciona com as questões sócio-educacionais já existentes, sob a visão das diferentes amostras citadas. Além disso, busca verificar a factualidade, que tratam da ausência de formação dos educadores que gera uma preocupação por precisarem atender a nova demanda da base nacional comum curricular, a falta de recursos materiais e infraestruturais nas escolas, a mecanização do futuro dos estudantes, numa preparação direcionado ao mercado de trabalho, e da possível evasão escolar devido ao cansaço e extensa carga horária trazida pelo novo ensino médio. A partir disto, foram pesquisadas cinco escolas estaduais, que, com os dados coletados, fez-se a análise e comparação dos resultados, revelando diversas preocupações relacionadas ao novo modelo, o despreparo das instituições, e os impactos, em maioria negativos, nas vidas de professores e estudantes.

**Palavras-chave:** Ensino médio; Educação; Escola pública; BNCC; Pesquisa qualitativa.

### Introdução

Em 2017, a conversão da Medida Provisória nº 746/2016 em lei (Lei nº 13.415/2017), durante o governo de Michel Temer, promoveu mudanças significativas na estrutura do sistema educacional brasileiro. As alterações impactaram diretamente o Ensino Médio, modificando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB). Essas transformações alteraram a concepção pedagógica e

<sup>1</sup>Estudante do curso Técnico em química do IFSC Jaraguá do Sul – campûs centro, carlos.b2007@aluno.ifsc.edu..

<sup>2</sup>Estudante do curso Técnico em química do IFSC Jaraguá do Sul – campûs centro, danieluisouza@gmail.com.

<sup>3</sup>Estudante do curso Técnico em química do IFSC Jaraguá do Sul – campûs centro, aleatoriodaluz@gmail.com.

<sup>4</sup>Estudante do curso Técnico em química do IFSC Jaraguá do Sul – campûs centro, monique.cz11@aluno.ifsc.edu.br.

<sup>5</sup>Estudante do curso Técnico em química do IFSC Jaraguá do Sul – campûs centro, rafael.p2007@aluno.ifsc.edu.br.

<sup>6</sup> Pedagoga do IFSC Jaraguá do Sul – campûs centro, kely@ifsc.edu.br.

curricular do ensino, além de influenciar seu financiamento e organização (SCHÜTZ; COSSETIN, 2019).

A implementação do Novo Ensino Médio teve início em 2020, de forma experimental, em escolas piloto das redes pública e privada, sendo ampliada progressivamente até atingir todas as séries a partir de 2024. Desde então, o modelo tem gerado amplos debates e críticas, principalmente em relação ao aumento da carga horária, à insuficiência de recursos para sua efetiva execução e à falta de preparo dos profissionais da educação, o que acentua desigualdades entre diferentes escolas.

Nesse contexto, torna-se essencial compreender como essa reforma tem se materializado nas realidades locais, especialmente em municípios como Jaraguá do Sul, onde as mudanças afetam diretamente a rotina de gestores, professores e estudantes. O presente trabalho busca analisar os impactos do Novo Ensino Médio nas instituições estaduais de ensino da cidade, considerando suas condições estruturais e pedagógicas.

O estudo pretende contribuir para o debate educacional ao articular os princípios da indissociabilidade entre ensino e pesquisa, promovendo uma reflexão crítica sobre a implementação das políticas públicas educacionais e seus efeitos no cotidiano escolar.

### **Fundamentação teórica**

A educação, compreendida como processo de formação humana, é reconhecida pela Constituição Federal de 1988 como um direito de todos e dever compartilhado entre Estado, família e sociedade (Art. 205). O Ensino Médio constitui a etapa final da educação básica, regida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) e pelo Plano Nacional de Educação (PNE).

O Novo Ensino Médio (NEM) foi instituído pela Medida Provisória nº 746/2016, convertida na Lei nº 13.415/2017, promovendo ampliação progressiva da carga horária para até 1.400 horas anuais e mudanças significativas na organização curricular. Entre as alterações, destacam-se a obrigatoriedade de Língua Portuguesa e Matemática nos três anos, o ensino de Inglês a partir do 6º ano do fundamental e a criação dos itinerários formativos, que permitem ao estudante escolher áreas de aprofundamento: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Formação Técnica e Profissional.

As chamadas escolas piloto, implantadas a partir de 2019, foram selecionadas para testar o novo modelo curricular, recebendo recursos adicionais e apoio do Programa

Dinheiro Direto na Escola (PDDE) para infraestrutura e formação docente. Essas instituições serviram de base para ajustes na implementação gradativa iniciada em 2022, prevista para alcançar todas as séries do Ensino Médio em 2024.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define as aprendizagens essenciais e orienta os currículos de todas as escolas, públicas e privadas, buscando garantir uma formação comum e reduzir desigualdades educacionais. A BNCC orienta que os itinerários formativos sejam adaptados às necessidades regionais e culturais, permitindo escolhas de acordo com o contexto local e os interesses dos estudantes.

Pesquisas sobre o Novo Ensino Médio revelam percepções divergentes. Estudo do Instituto FSB (2021) apontou que a maioria dos alunos via potencial positivo na formação técnica, enquanto pesquisa da UNESCO (2024) registrou insatisfação majoritária entre gestores, professores e estudantes quanto à qualidade do ensino. Em Santa Catarina, levantamento do Sinte/SC (2022) indicou sobrecarga docente, redução de carga horária de disciplinas essenciais e aumento da evasão escolar.

Essas críticas levaram a movimentos sociais e entidades educacionais a defenderem a revogação da reforma, argumentando que o modelo acentua desigualdades entre escolas públicas e privadas e precariza o ensino. Apesar da pressão popular e acadêmica, o governo federal decidiu manter o Novo Ensino Médio, suspendendo apenas parte do cronograma para realizar ajustes. Assim, o debate sobre a efetividade e os impactos dessa política educacional permanece aberto e essencial para o futuro da educação brasileira.

Em 6 de abril de 2023, o presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva declarou que não pretende revogar o Novo Ensino Médio, apenas suspender seu cronograma para “aperfeiçoar” o modelo educacional (CAPITAL, 2023). Assim, mesmo com pressões populares e acadêmicas, a revogação foi descartada, permanecendo apenas a possibilidade de reformas.

### **Procedimentos metodológicos**

A pesquisa adotou abordagem qualitativa, visando compreender de forma aprofundada as percepções de estudantes e coordenadores sobre as mudanças do Novo Ensino Médio em escolas estaduais de Jaraguá do Sul. Foram aplicadas entrevistas com coordenadores e diretores e questionários com alunos do ensino médio, abrangendo diferentes turnos e regiões da cidade.

As entrevistas, realizadas em escolas como Elza Granzotto, Julius Karsten, Euclides da Cunha, Duarte Magalhães, Darci Frank e Abdon Batista, permitiram identificar os impactos pedagógicos e administrativos da reforma. Já os questionários buscaram captar a vivência dos estudantes frente à nova organização curricular e à ampliação da carga horária. Os dados foram coletados, transcritos e analisados individualmente por instituição, e posteriormente comparados, possibilitando uma visão integrada dos resultados. Além do trabalho de campo, realizou-se pesquisa bibliográfica para embasar teoricamente as análises.

### **Resultados e discussões**

A análise dos dados coletados por meio de questionários e entrevistas evidenciou que o Novo Ensino Médio trouxe mudanças significativas à rotina escolar, gerando sobrecarga a estudantes e professores. O aumento da carga horária dificultou a conciliação entre estudos, trabalho e vida pessoal, resultando em cansaço, desinteresse e queda no desempenho acadêmico.

Os itinerários formativos, embora pensados para ampliar escolhas, mostraram-se desafiadores pela falta de professores qualificados e de infraestrutura adequada. Muitos docentes atuam fora de sua área de formação, o que compromete a qualidade das aulas e reforça a desorganização pedagógica. Mesmo nas escolas piloto, que receberam mais recursos, persistem relatos de esgotamento e desmotivação.

As desigualdades entre instituições, a carência de espaços e materiais e o aumento da evasão escolar foram pontos recorrentes. Estudantes relataram dificuldades para manter-se nas aulas, enquanto coordenadores apontaram limitações estruturais e administrativas.

Conclui-se que, apesar da proposta de modernização, o Novo Ensino Médio tem apresentado fragilidades na prática, resultando em sobrecarga, desmotivação e desigualdade entre escolas. O modelo ainda necessita de ajustes estruturais e pedagógicos para atingir seus objetivos de formação integral e equitativa dos estudantes.

### **Considerações finais**

Os objetivos da pesquisa foram alcançados ao analisar os impactos do Novo Ensino Médio nas escolas estaduais de Jaraguá do Sul. A aplicação de entrevistas e questionários permitiu compreender como as mudanças curriculares e estruturais afetam a rotina de gestores, professores e estudantes.

Os resultados apontam sobrecarga de trabalho, falta de infraestrutura e carência de formação docente, além de desigualdades entre as instituições. Apesar das limitações, o estudo contribui para o debate sobre os desafios da reforma e oferece subsídios para futuras pesquisas e políticas educacionais.

A experiência também teve caráter formativo, desenvolvendo nos participantes competências de investigação, análise crítica e compromisso social, mesmo diante de dificuldades como tempo limitado e resistência de algumas escolas.

Os esforços para integrar ensino, pesquisa e extensão mostraram-se eficazes, ao aproximar o meio acadêmico da realidade escolar e promover reflexões sobre a educação pública. Conclui-se que o trabalho cumpriu seus objetivos científicos e formativos, consolidando-se como uma experiência relevante de articulação entre teoria, prática e transformação social.

## Referências

BASE NACIONAL COMUM. O ensino médio no contexto da educação básica. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#medio> Acesso em: 6 de mar. 2023

CAPITAL, carta. Lula afirma que governo não vai revogar, e sim 'aperfeiçoar' o Novo Ensino Médio. Cartacapital.com, abr. 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/lula-afirma-que-governo-nao-vai-revogar-e-sim-aperfeiçoar-o-novo-ensino-medio/>. Acesso em: 26 abr. 2023

SCHUTZ, Jenerton Arlan; COSSETIN, Vânia Lisa Fischer. Orfandade instituída e legalmente amparada: reflexões críticas sobre o "novo" Ensino Médio brasileiro. Educação. UNISINOS, São Leopoldo, v. 23, n. 2, p. 209-225, abr. 2019. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2177-62102019000200209&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-62102019000200209&lng=pt&nrm=iso). acessos em 09 abr. 2024.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO NA REDE PÚBLICA DO ENSINO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (SINTE-SC). Minuta Relatório de Pesquisa Sinte - NEMSC. 18 de maio de 2023. Disponível em: <https://sinte-sc.org.br/files/1081/Minuta%20Relat%C3%B3rio%20de%20Pesquisa%20Sinte-%20NEMSC%20-%2018-05-2023.pdf>. Acesso em: 29 de abr. 2024.

UNESCO. Pesquisa: Novo Ensino Médio. Disponível em: <https://www.unesco.org/pt/articles/pesquisa-novo-ensino-medio>. Acesso em: 29 de abr. 2024.